

O passado não tão distante – reverberações histórico-políticas do século XX no Brasil contemporâneo (2010-2019)

GUILHERME BOMBA*

Resumo: Desde as eleições de 2010 no Brasil, temos visto surgir uma forte polarização política, que traz consigo uma velha cultura política: o anticomunismo brasileiro. O que buscamos compreender neste artigo é como estas ideias se desenvolveram ao longo do século XX, percebendo aqui uma série de repetições e ressignificações, que nos chegam até os dias atuais. Em um primeiro momento, o surgimento do comunismo atrelado aos movimentos operários da década de 1910 e 1920, depois ao movimento tenentista, chegando à oposição de Getúlio Vargas. Em um segundo momento, já com o desenrolar da Guerra Fria (1947-1991), ambientado no Brasil com os governos populistas e principalmente, com a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a “caça” aos comunistas tornasse ainda mais institucionalizada e usava de todo o aparato legal e de força. Com o fim da Ditadura e a abertura “lenta e gradual” que deixou lacunas a serem respondidas, vemos hoje a reverberação destas questões na política brasileira atual que, busca justificar assombros com nomenclaturas quase centenárias. A queda do muro de Berlim (1989) e o fim da URSS (1991), parece não ter tido o mesmo efeito em nosso país, e é isso buscaremos compreender neste artigo.

Palavras-chave: Política; Anticomunismo; Eleições.

The past not so far - historic-political reverbs of the 20th century in contemporary Brazil (2010-2019)

Abstract: Since the 2010 elections in Brazil, we have seen a strong political polarization that brings with it an old political culture: Brazilian anticommunism. What we seek to understand in this article is how these ideas developed throughout the twentieth century, noticing here a series of repetitions and reframings that reach us to the present day. At first, the emergence of communism linked to the workers' movements of the 1910s and 1920s, then to the tenentist movement, reaching the opposition of Getúlio Vargas. Secondly, as the Cold War unfolded (1947-1991), set in Brazil with the populist governments and especially with the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), the "hunt" for the Communists became even more institutionalized and wore all the legal apparatus and force. With the end of the dictatorship and the “slow and gradual” opening that left gaps to be answered, we see today the reverberation of these questions in current Brazilian politics that seeks to justify haunts with almost centenary nomenclatures. The fall of the Berlin Wall (1989) and the end of the USSR (1991) does not seem to have had the same effect in our country, and this is what we will seek to understand in this article.

Key words: Politics; Anti-communism; Elections.



* **GUILHERME BOMBA** é doutorando em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).



Introdução

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações. (HOBBSAWM, 1998, p. 22)

O historiador Eric Hobsbawm foi um dos maiores nomes da historiografia do século XX, sua definição sobre o passado aqui acimada, nos possibilita conduzir a priori nossas reflexões sobre o tema que propomo-nos analisar. O Brasil contemporâneo, aqui definido o período dos últimos nove anos, tem passado por turbulências políticas que, impreterivelmente tem recebido a alcunha de retrocessos também em outras áreas, como a social e econômica. Contudo, se chamamos de “retrocessos”,

devemos questionar à que estamos “voltando”? Doravante, buscaremos traçar esses caminhos tortuosos que nos trouxeram até aqui.

A segunda metade do século XX foi marcada por inúmeros conflitos em um mundo bipolar, característica emanada da Guerra Fria (1947-1991), com claras reverberações em nosso país. Entretanto, desde o início do século XX podemos perceber no Brasil polarizações que trazem até hoje consequências.

Começando ainda na República Velha (1894-1930), passando pela Era Vargas (1930-1954) e mais claramente nas duas décadas em que poder foi ocupado por militares, a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Vale ressaltar, que o “fim” da ditadura, não silenciou tais diferenças que aqui abordaremos, mais caberia dizer que foram “mascaradas” por uma nova e pretensa democracia, tão infante quanto frágil. Uma abertura “lenta e gradual”, como proposta nos últimos momentos da transição, deixou lacunas que ainda permeiam o imaginário político-social, levando a uma sobrevida de tais discussões.

Da “República Velha” a Era Vargas

Vale a pena começarmos explicando que o próprio nome “República Velha”, surge dos anseios daqueles que a substituíram. Quando do golpe que colocaria Getúlio Vargas no poder, as relações entre as maiores potências econômicas e políticas do país, São Paulo e Minas Gerais, se esvaíam. A relação entre São Paulo, maior produtor de café do país, e Minas Gerais, tendo o maior número de eleitores e grande produção de leite (daí o nome Política do Café-com-Leite), era harmoniosa enquanto o poder presidencial fosse parte de uma bem estruturada organização.

Valendo-se de políticas que iam das macrorrelações de trocas e favores entre estados, apoiadas por ações locais e regionais, como o próprio coronelismo e “voto do cabresto”, os presidentes eram escolhidos antes mesmo das eleições (questionáveis, diga-se de passagem). Entendemos que essa manutenção do poder, visava a perpetuação dos velhos valores oligárquicos remanescentes do período imperial, incorporados por uma nova socialização cada vez mais urbana. Com inúmeros momentos de instabilidade, sejam pelas greves

organizadas, pelos levantes tenentistas e movimentos sociais diversos, essas duas potências, São Paulo e Minas Gerais, pareciam controlar os reveses de sua autoridade.

Mesmo que timidamente, os grupos de esquerda política, principalmente os comunistas (pós 1922, quando da criação do PCB, ainda que clandestinamente nos anos seguintes), pareciam buscar seu “lugar ao sol” em meio a esse esquema encabeçado por um único grupo, dividido em dois estados. Talvez percebamos com menor intensidade o interesse e descrições sobre as ações desse grupo neste início. Como explorado por Pierre Ansart, as paixões políticas são observadas mais comumente quando atingem maior intensidade, observadas em revoltas e revoluções, beirando o fanatismo (ANSART, 2019, p. 11-12). Desta forma, apesar de suas articulações, esse grupo ainda não apresentava uma forte ameaça.

Foi apenas em 1935, com a “Intentona Comunista” – assim chamada pelos seus opositores – que passaremos a perceber a mais forte e declarada oposição a esse grupo. Liderada por Luis Carlos Prestes, opositor de Vargas, tenentista e convertido ao comunismo, o Levante Comunista tinha por objetivo a tomada do poder com apoio das massas populares e adesão dos demais militares. Baseado principalmente no prestígio de seu líder, o movimento não atingiu seu objetivo, apesar de ter chamado a atenção para sua ação, principalmente no Rio de Janeiro. Em partes pela organização precária, e pela antecipação de fatos que anunciaram a própria ação, o movimento foi rapidamente reprimido. O número de mortos ainda hoje não é consenso, mas a violência é marcada nos discursos que seguiram aos fatos. Em suma a tentativa “atabalhada” nas

palavras de Carlos Fico, foi rapidamente dominada pelo governo, contudo serviria como pretexto para o golpe de 1937 (FICO, 2017, p. 14). Neste contexto se percebe o cerne das principais disputas políticas do século XX e que reverberam até hoje: o anticomunismo brasileiro.

Dos governos populistas à ditadura civil-militar

Essa guerra revolucionária – ou antirrevolucionária – tomou forças com o fim da Segunda Guerra Mundial, onde postas as cartas na mesa, Estados Unidos e União Soviética passaram a disputar áreas de influências e domínio. O combate não se estabelecia nos campos de batalha (não diretamente), mas em um constructo social da imagem de si e do outro. Caracterizar o inimigo é tão importante quanto combatê-lo. Uma guerra se faz com soldados, mas se mantém com o apoio popular. E se antes o comunismo incomodava os líderes da República Velha e fazia forte oposição no Governo Vargas, a Guerra Fria tornou o inimigo uma real ameaça.

Recordamos que o conceito de “Guerra Revolucionária”, foi adotado pelos dois lados deste conflito. Segundo Hector Luis Saint-Pierre, *“O que caracteriza a guerra não são os meios, mas a política a cujos objetivos aquela serve. Portanto, uma guerra será revolucionária se estiver a serviço de uma ária, se for a manifestação bélica de uma política revolucionária”* (SAINT-PIERRE, 2000, p. 69). Diferente de outras guerras, a revolucionária tem por objetivo único o próprio fim da guerra, ou seja, o extermínio do lado oposto. Se de um lado os conservadores queriam o fim dos comunistas, o mesmo ocorria com estes. Não aqui definimos o fim como extermínio unicamente, mesmo que seja esse o “uso” em alguns casos, mas de seu constructo ideológico, a quebra de seu sistema. A violência em situações como

essa, está além da moral comumente pregada, tudo é “lícito” para atingir seus objetivos.

A violência era usada para se evitar a própria violência, uma ideia que pode parecer contraditória – e o é –, mas era resposta que consideravam “correta”. Segundo Elio Gaspari, “a ação da polícia defendida como adequada e necessária à ameaça” (GASPARI, 2014, p. 20). Desenvolve ainda,

O general Ernesto Geisel, num depoimento aos historiadores Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, desenvolveu esse raciocínio justificativo: ‘Era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão, se foi adequado, se foi o melhor que podia adotar. O fato é que a subversão acabou’. Esse raciocínio ampara-se na exacerbação da ameaça”. (GASPARI, 2014, p. 20)

Com o auxílio da CNV (Comissão Nacional da Verdade) e seus trabalhos a partir de 2011, pudemos resgatar inúmeros relatos de tortura e violações dos Direitos Humanos, de 1946 a 1988, com claro destaque ao período ditatorial (1964-1985). Nas falar do ex-presidente Geisel, ficam evidentes os excessos cometidos e sua justificativa. Reprimir, prender e eliminar. Três termos, que carregam inúmeras significações e aplicações.

A violência descrita neste conflito vai além da física, era necessário atacar suas ideias, sua imagem social. Desde o início do século, a mídia nacional buscava criar junto a população a descaracterização do movimento comunista, com severas críticas e acusações. A construção das ideias de uma política anticomunista no Brasil, e por quê não dizer no mundo, está presente na longa duração, desde 1917. O surgimento da onda comunista pós-Revolução Russa, buscava

conscientizar os homens, pois como define François Chatelet ao analisar os textos de Lukács sobre os primeiros momentos da Revolução: “*os operários são capazes de reações de defesa contra a burguesia, mas não de fazer a revolução*” (CHATELET, 1985, p. 218). Para que o movimento revolucionário ganhasse forças, eram necessários que os homens a frente do movimento, pudessem dar sentido a luta, estabelecer seus objetivos, instigar as mudanças. E quanto mais essa força revolucionária se espalhava, mais o processo reacionário se aglutinava.

Nos periódicos brasileiros, podemos perceber a construção desse inimigo:

Desordem, anarquia, destruição e caos eram o retrato da situação no ex-Império dos Czares, segundo as imagens transmitidas pelos jornais aos leitores brasileiros. No decorrer dos anos e décadas seguintes, a ênfase em pintar com tintas fortes

um quadro tenebroso do que seria a realidade soviética foi uma constante, trabalho empreendido primeiramente pelos periódicos, mas logo em seguida secundado por uma florescente literatura anticomunista. A caracterização do comunismo soviético como uma experiência perversa constituiu-se num dos principais elementos do imaginário anticomunista, argumento central nos esforços de dificultar o proselitismo das ideias comunistas no Brasil. (MOTTA, 2000, p. 21)

A confusão – não acidental – de anarquia e comunismo foi uma dessas estratégias de difamação. Quem nunca ouviu de uma mãe ou avó o uso do termo “anarquia” como sinônimo de “bagunça ou arruaça”? A mídia brasileira, muito antes da difusão do termo *fake news*, utilizava de imagens que buscavam aterrorizar a população ante a ameaça do inimigo vermelho.

Figura 01 – Cartazes Anticomunista da década de 1950



SANTOMAURO, 2015, p. 251-252.

Ao tomarmos as imagens acimadas, devemos lembrar como se articulava – e ainda o faz – a prática anticomunista. Utilizando-se da construção em torno da imagem do inimigo, vários grupos usavam deste resultado para obter vantagens, sejam eles políticos e/ou sociais. Essas imagens ao serem divulgadas, buscavam criar o terror que justificaria – e o fez – intervenções autoritárias na política nacional. Na primeira imagem podemos perceber que as “mãos comunistas” não apenas calam aquele homem, mas também o sufocam e ameaçam. Seria assim o comunismo uma ameaça a liberdade de expressão, dando ainda sensação violenta que ela representaria. Já na segunda imagem, o comunismo atacaria diretamente o cristianismo, em especial o catolicismo por se tratar de um crucifixo. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta,

É natural e compreensível que pessoas cuja formação espiritual e moral tenha sido estruturada com base no catolicismo enxergassem no comunismo um inimigo. Os comunistas de fato pretendiam destruir a Igreja e atacar seus valores essenciais, substituindo-os por uma moral comunista ou “proletária”. Embora em algumas conjunturas os PCs tenham estabelecido políticas de ‘mão estendida’ na direção dos católicos, a realidade de perseguição aos religiosos e fiéis nos países sob governo comunista não era de molde a inspirar confiança nos seguidores da Igreja romana. (MOTTA, 2002, p. 88).

Se existem múltiplos anticomunismos, o mesmo vale para seu oposto. A tomada de uma versão deste comunismo e seu anti-catolicismo, servia então como mais uma ferramenta de medo. Em um país com forte pertencimento religioso, que durante muito tempo teve o catolicismo como religião oficial, este era um inimigo não só político, mas social e

religioso. Os comunistas tornavam-se os fantasmas que escondidos planejavam acabar com tudo aquilo que a maioria acreditava ser a nação brasileira. Eles viriam de fora, eram agentes externos que buscariam destruir o país em suas bases – a fonte do mal é exterior e corromperia os mais suscetíveis.

Como dissemos anteriormente, uma guerra se mantém com o apoio popular, e a principal ferramenta neste processo foi (e é, por assim dizer) o medo. As prisões arbitrárias e as perseguições, tinham um duplo sentido, o primeiro de retirar das ruas os que considerava “perigosos” – seja física ou ideologicamente – e, em segundo, tornar estes inimigos públicos. Numa máxima social, “só é preso quem fez algo errado”. Antes mesmo de qualquer julgamento ou investigação, a prisão tornava, muitas vezes, estes indivíduos páreas sociais. Contudo, a prisão era apenas o primeiro problema, já que o julgamento também compunha parte do projeto imagético.

A pseudodemocracia do governo ditatorial pautava-se na artimanha de conceder o julgamento, mas o processo instituído fazia uso de mecanismos políticos que justificavam as ideias do regime civil-militar. E é essa farsa que ainda permeia o imaginário coletivo, “autorizando” revisionismos do período, e justificando ações do presente. Com apoio da mídia nacional e local, que censurada, e muitas vezes acomunada com os militares, as informações de violência e usurpação dos direitos eram suprimidas. Tendo isso ligado a exposição dos julgamentos fraudados, havia o campo propício para a opinião pública favorável aos militares.

Se o governo age com a lei, os que lhe são contrários são os criminosos. Estas ideias repetidas, atribuíam sentido aos discursos e práticas sociais. Podemos

assim dizer, que a cultura política forjada nestes momentos de conflito, acabavam por reproduzir o discurso do corpo dominante. Mesmo que esses indivíduos – os que os reproduzem – ocupem um espaço de recriação constante, atribuindo sentido e vitalidade a essas ideias, não apenas como seres passivos. De acordo com Almond e Verba (2001),

(...) é l término cultura política se refiere a orientaciones especificamente políticas, posturas relativas al sistema político y sus diferentes elementos, así como actitudes relacionadas con lá función de uno mismo dentro de dicho sistema. (ALMOND y VERBA, 2001, p. 179).

Entendemos que a postura assumida durante os conflitos, assim como a ditadura militar, faz parte de todo um processo de formação contínua, que ideologicamente nos coloca, deste ou daquele lado. A escola, o noticiário, os livros que lemos, os familiares e amigos, tudo e todos estão presentes na forma como enxergamos o mundo político ao nosso redor. Não mencionamos aqui, a perspectiva do campo político como explorado por Pierre Bourdieu, uma vez que *“quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comisseração”* (BOURDIEU, 2011, p. 197).

A participação política, de modo *profano*, para usar o termo de Bourdieu, dos que não se tornam “políticos”, ocorre de modo cotidiano. Algumas pessoas, como destacadas neste texto, acabam por assumir posturas ativas, e não fazê-las, também se torna uma posição. Não só políticos podem, ou devem, falar de

política, e conseqüentemente, agir politicamente. Daí talvez, a percepção dos militares da “ameaça” dos contraventores e dos que se mostravam contrários àquela forma de governar, sem a participação do povo. Se a ameaça relatada pelos militares era repleta de violência, a resposta a esta também. Centenas de pessoas foram torturadas antes mesmo de serem julgadas.

Uma das principais justificativas para a violência dos interrogatórios que ocorriam durante as prisões, muitas vezes clandestinas, era a da periculosidade desses homens e mulheres. O grande, e real perigo para os militares, estava mais na mobilização das massas do que ações práticas. Não buscamos aqui relativizar as memórias em torno das ações diretas de ambos os lados, a violência dos atentados e dos assassinatos cometidos pela “esquerda”, são de sobremaneira condenáveis¹, mas a impunidade dos militares é algo a ser esclarecido. Entendemos, que a grande maioria dos investigados e presos pela ditadura, não ofereciam perigo eminente aos demais cidadãos e militares, eram jovens, homens e mulheres comuns, que tinham ideais divergentes dos que governavam.

Mas se esses “contraventores” não eram assim tão perigosos, o que faz com que muitas pessoas ainda defendam o retorno daquele período da história brasileira? Muitos brasileiros que viveram a margem das discussões políticas naquele período, receberam apenas as “informações” que lhes foram destinadas. A censura fazia parte de um cotidiano, que trocava denúncias por receitas de bolo. Do “Milagre Econômico” ao ufanismo, jornais impressos e televisionados destacavam

revolucionária extrapolam os limites da “moral e bons costumes”, entendemos que a violência nunca é desejável, mesmo quando necessária.

¹ Se é que cabe ao historiador julgar algo (e não cabe), e mesmo destacando que no início do texto discutimos que as ações diretas em uma guerra

os avanços, escondiam a corrupção e as crises. Não se falava das mortes, dos sequestros, das perseguições, torturas e todas as outras nuances do governo militar. Apenas o prestígio dos salvadores da pátria. Mesmo assim, ante uma grande parcela da população, principalmente pós-1979, o Estado militarizado perdia sua capacidade de controle.

Segundo Marcos Napolitano,

Dada sua grande capacidade de institucionalização político-jurídica e comando efetivo das estruturas de Estado (sistema político, burocracia, aparato repressivo, Forças Armadas), o regime conseguiu negociar com êxito sua autodissolução, mesmo socialmente isolado. A impunidade dos torturadores foi o preço mais caro a ser pago pela oposição, para garantir uma transição “sem traumas”. Tancredo Neves, ao mesmo tempo em que denunciava o arbítrio, prometia que não haveria revanchismo. (NAPOLITANO, 2015, p. 23)

Desde o início da reabertura política, “lenta e gradual”, principalmente com a Lei da Anistia de 1979, os militares estavam no controle do processo de transição. O apelo popular, as manifestações, as campanhas pelas Diretas Já, tudo fazia parte de um grande momento de mudança, mas que permitia a manutenção pelos próprios militares. Quanto mais a redemocratização se aproximava, a imagem dos militares que a orquestravam, buscava ofuscar os períodos anteriores. O silêncio que se fez após a ditadura, por parte dos militares, sem respostas, sem desculpas e sem qualquer autocrítica pública, tornou esse período ainda mais controverso para os brasileiros.

Considerações finais

As crises econômicas que assolaram o Brasil no fim da década de 1980 até os anos 2000, poderiam ser percebidas como consequência das ações militares; para a grande massa, estava mais para a falha de um novo modelo, já que o anterior havia “dado certo”. A relação entre a memória oficial, construída a partir de 1995, mas principalmente nos governos petistas, e a memória popular ainda destoam. Buscou-se rever as ações militares, com foco nos mortos e desaparecidos, mas ainda assim, vemos apologias ao golpe de 1964. O papel das campanhas pela Comissão Nacional da Verdade, foram valorosas, mas escaparam a percepção da grande maioria.

Na última década podemos perceber o “retorno” de um inimigo a ser combatido, agora ancorado sob a égide de países latino-americanos que teriam falhado por serem comunistas. O “inimigo” agora não é mais guiado pelos russos e a União Soviética, a esquerda a ser combatida tem seus correlatos em Cuba ou Venezuela, talvez uma mimese das emoções até então adormecidas. Mudaram-se as formas, os meios de comunicação e difusão dessas ideias, mas ainda assim o processo se inicia com caracterizar o “outro” a ser combatido.

O termo “comunistas” ressurgiu deste passado não tão distante, com a roupagem política do Partido dos Trabalhadores, na imagem de seus líderes nacionais, tal como Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Não podemos olvidar que utilizar o termo comunista busca um sentido homônimo ao período ditatorial, que justifique ações, contudo, a palavra é ressignificada constantemente. Segundo Reinhart Koselleck,

A investigação de um conceito não deve ser conduzida exclusivamente

do ponto de vista semasiológico, restringindo-se aos significados das palavras e às suas modificações. Uma história dos conceitos deve sempre considerar os resultados obtidos a partir da investigação histórica do ponto de vista espiritual/intelectual e material; acima de tudo, a história dos conceitos deve alternar entre a abordagem semasiológica e a onomasiológica. Isso significa que ela deve registrar as diferentes designações em conceito. (KOSELLECK, 2006, p. 111)

Não um anticomunismo, mas anticomunismos. O comunismo não é apenas um fantasma, ele é real, ou apenas o foi. Seus (re)usos não podem deixar escapar sua existência tácita, principalmente no período militar (1964-1985), e até mesmo nos anos 1930. O papel midiático é reclamado nessas análises. Utilizando a metáfora explicitada por Jean-Nöel Jeanneney, “*o jogo de espelhos pode funcionar até quase o infinito*” (2003, p.230), somos parte impreterível deste jogo. É claro que as experiências de homens e mulheres do período ditatorial são válidas nesta análise, mas entendemos que mídia, televisiva principalmente, exerce grande influência na formação da opinião pública, atribuindo sentido à essas experiências. Inúmeros cartazes e faixas nos últimos anos, principalmente em 2014, 2016 e 2018, pediam intervenção militar e abusam de *slogans* da década de 1960, como: “Vá para Cuba com seu comunismo” e “O Brasil não será uma nova Cuba”. Mas como dito por Jeanneney, a repetição desses termos, a validação através de uma generalização, torna-os verdadeiros para o grande público.

Em tempos de *fake News* – mesmo que entendemos não ser algo inovador os seus usos – a “verdade” tem se tornado cada vez mais relativa, uma vez que a

força da crença e convicções tem superado a necessidade de provas ou documentos que atestem tais informações. Notícias foram utilizadas durante muito tempo para destituir e abalar regimes de governo, o que mudou nos últimos anos foi a intensidade com que essas informações têm se propagado, principalmente com o advento com a internet e os aplicativos de trocas de mensagens, tal o *WhatsApp*. Quanto maior o alcance dessas informações, maior será sua recepção e frutífera “veracidade”.

No Brasil, (...) na semana que antecedeu à votação da abertura do processo de Impeachment da então presidenta Dilma Rousseff: três das cinco notícias mais compartilhadas no Facebook eram falsas, de acordo com o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (USP), que investigou o desempenho de 8.290 reportagens, publicadas por 117 jornais, revistas, sites e blogs noticiosos entre 12 a 16 de abril de 2016. (DELMAZO & VALENTE, 2018, p. 159).

Tendo como inspiração o anticomunismo histórico, como vimos anteriormente repetido nas faixas e palavras de ordem, as *fake News* serviram a campanha contrária àquela que julgavam ser a encarnação deste inimigo. Com táticas já conhecidas em um novo modelo de aplicação, as notícias falsas foram capazes de endossar a ira popular, que serviria como justificativa para as ações que se seguiriam naqueles dias. Não colocamos aqui em análise o resultado dos julgamentos citados, mas destacamos o intento com que foram utilizadas as notícias a eles vinculados. De uma forma ou de outra, a imagem do inimigo estava posta, bastava àquele momento angariar forças para combatê-lo.

Não podemos falar em apenas um anticomunismo ao longo do século XX e início do século XXI no Brasil, contudo, permanências podem ser percebidas. Se o universo comunista não é o mesmo, não podemos olvidar de algumas práticas. Não estamos vivendo uma ditadura, mas nenhuma ditadura se anuncia ao chegar.

Não há uma resposta definitiva para porque o apoio a regimes ditatoriais ocorra em momentos democráticos como o que vivemos, apesar de suas dificuldades e falhas. Cabe aos historiadores e pesquisadores das ciências sociais e humanas, um valoroso trabalho de resgate desses conceitos, para que possamos ressignificar esse passado, estruturando nossas relações políticas do tempo presente. Utilizando o bordão já gasto, “para que não repitamos os erros do passado”, que não tão distante, ainda sangram em chagas abertas da memória.

Referências

ALMOND, Gabriel A; VERBA, Sidney. La cultura política. In: ALMOND, G. et. all. **Diez textos básicos de ciência política**. Barcelona: Editorial Ariel, 2001, p. 171-201.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba, Editora UFPR, 2019.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.5, p. 193-216, 2011.

CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Ideias Políticas**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

DELMAZO, Carolina; VALENTE, Jonas C. L. **Fake News nas redes sociais online: Propagação e reações à desinformação em busca de cliques**. In: *Ética jornalística para o século*

XXI novos desafios, velhos problemas. *Revista Media & Jornalismo*. N.º 32 Vol. 18, N.º 1 – 2018, p.155-169.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. 1ª Ed, 2ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 11 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2003, p. 213-230.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A “indústria” do anticomunismo**. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n.15, 2001/2002, p. 71-91.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**. Londrina, v.8, n.15, p. 9-44, 2015.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: EdUnesp, 2000.

SANTOMAURO, Fernando. **A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

*Recebido em 2019-10-13
Publicado em 2020-02-28-*